

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

DEZEMBRO - 2019

MULTIMARCAS
ADMINISTRADORA
DE CONSÓRCIOS LTDA

INF9010

04.124.922

12

2019

Belo Horizonte (MG), 10 de Julho de 2020

Ao
Banco Central do Brasil
DESIG - STA

Ref.: Documento 9010 – Demonstrações Financeiras Consolidadas

Prezados senhores,

Em atendimento à Circular/Bacen nº 3.964 de 25.09.2019 e seguindo as especificações da Carta Circular nº 3.981 de 25.10.2019, a Multimarcas Administradora de Consórcios Ltda, inscrita sob. CNPJ: 04.124.922/0001-61 vem por meio deste disponibilizar as seguintes informações:

- Balanço Patrimonial;
- Demonstração do Resultado;
- Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido;
- Demonstração do Resultado Abrangente;
- Demonstração do Fluxo de Caixa;
- Demonstração Consolidada dos Recursos de Consórcio;
- Demonstração Consolidada das Variações das Disponibilidades de Grupos;
- Notas Explicativas.

As mesmas seguem acompanhadas do Termo Declaratório quanto a responsabilidade pelas informações, conforme previamente definido em regulamentação específica.

Data Base das Demonstrações: 31 de dezembro de 2019.

Divulgação para acesso público e gratuito no site da administradora: www.multimarcasconsorcios.com.br, em 10/07/2020.

Atenciosamente,

Fabiano Lopes Ferreira
Sócio - Controlador

Belo Horizonte (MG), 10 de Julho de 2020

Ao
Banco Central do Brasil
DESIG - STA

TERMO DECLARATÓRIO

Eu, FABIANO LOPES FERREIRA, portador do CPF nº 275.769.656-49, no uso de minhas atribuições no cargo de Diretor/Estatutário, com poderes outorgados, declaro que assumo total responsabilidade pela veracidade e conteúdo dos documentos contidos no arquivo, conforme descritos na carta de apresentação, em atendimento a Circular/Bacen nº 3.964 de 25/09/2019.

Atenciosamente,

FABIANO LOPES FERREIRA
Sócio - Controlador

MULTIMARCAS ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA

**Demonstrações Financeiras
para os períodos findos em
31 de dezembro de 2019 e 31
de dezembro 2018.**

MULTIMARCAS ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA

Demonstrações Financeiras - Base - 31 de dezembro de 2019

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Balço Patrimonial.....	5
Demonstração do Resultado.....	7
Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido.....	8
Demonstração dos Resultados Abrangentes.....	9
Demonstração dos Fluxos de Caixa.....	10
Demonstração dos Recursos de Consórcio Consolidada.....	11
Demonstração nas Variações das Disponibilidades de Grupos Consolidada.....	14
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras.....	15

Balço Patrimonial

31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018

(Em reais - R\$)

ATIVO

CIRCULANTE	NOTA	31/DEZ/2019	31/DEZ/2018
Caixa e Bancos	-	8.635	1.276
Títulos e Valores Mobiliários	5	3.155.043	6.040.151
Taxa de Administração a Receber	6	1.364.630	2.091.215
Valores Pendentes de Recebimento Judicial	6	20.694.566	21.798.648
Bens Apreendidos de Grupos Encerrados	6	166.266	166.266
Adiantamentos Salariais	6	17.425	17.262
Depósitos Judiciais	6	15.100	15.100
Impostos de Renda a Compensar	6	22.897	6.516
Adiantamento a Fornecedores	6	256.667	106.883
Devedores Diversos – Planos Encerrados	6	3.662.467	3.425.277
		29.363.696	33.668.594
NÃO CIRCULANTE			
Outros Investimentos			
Imóveis não de uso Próprio	7	660.000	660.000
		660.000	660.000
Imobilizado			
Instalações	7	24.626	18.723
Móveis e Utensílios	7	322.905	283.608
Equipamentos de Informática	7	322.723	159.808
Equipamentos de Comunicação	7	65.896	65.896
Veículos de uso Próprio	7	9.150	9.150
(-) Depreciação Acumulada	7	(448.678)	(398.886)
		296.623	138.299
CONTAS DE COMPENSAÇÃO			
Recursos de Consórcio			
Utilizados	-	806.000.358	516.005.138
A Utilizar	-	59.977.710	31.876.271
Previsão Mensal de Recursos a Receber	-	13.359.153	10.957.671
		879.337.221	558.839.080
TOTAL DO ATIVO		909.657.540	593.305.973

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

Balço Patrimonial

31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018

(Em reais - R\$)

PASSIVO

	NOTA	31/DEZ/2019	31/DEZ/2018
CIRCULANTE			
Contribuições Trabalhistas a Recolher	8	199.445	101.458
Impostos e Contribuições a Recolher	10	1.001.808	1.378.193
Impostos Retidos a Recolher	8	202.832	309.946
Impostos e Contribuições sobre Lucros a Pagar	8	-	-
Provisão de Férias e Encargos	9	363.548	270.673
Fornecedores Diversos	11	45.727	42.876
Depósitos não Identificados	11	168.800	91.032
Recursos de Consórcio não Procurados	11	697.563	2.041.737
Recursos Pendentes de Cobrança Judicial	11	20.860.832	21.964.914
Créditos de Grupos Encerrados	11	496.810	1.005.780
Outros Valores a Pagar de Grupos	11	2.800.250	5.969.121
		26.837.615	33.175.730
NÃO CIRCULANTE			
Patrimônio Líquido			
Capital Social	12	4.335.000	4.335.000
Prejuízos Acumulados	12	(3.043.837)	(1.873.374)
Resultado do Semestre/Exercício	12	2.191.541	(1.170.463)
		3.482.704	1.291.163
CONTAS DE COMPENSAÇÃO			
Recursos de Consórcio			
Utilizados	-	806.000.358	516.005.138
A utilizar	-	59.977.710	31.876.271
Previsão mensal de recursos a receber	-	13.359.153	10.957.671
		879.337.221	558.839.080
TOTAL DO PASSIVO		909.657.540	593.305.973

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

Demonstrações do Resultado

31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018

(Em reais - R\$)

	<u>NOTA</u>	<u>31/DEZ/2019</u>	<u>31/DEZ/2018</u>
RECEITAS OPERACIONAIS			
RENDAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS			
Receitas de Taxa de Administração	15	173.392.368	118.807.930
RENDAS DE INTERMEDIações FINANCEIRAS			
Receitas de Aplicações Financeiras	15	97.177	63.220
		173.489.545	118.871.150
DESPESAS OPERACIONAIS			
Despesas com Pessoal	17	(5.432.986)	(3.973.730)
Despesas com Comissões	16	(137.179.174)	(94.302.591)
Despesas com Alugueis	16	(521.257)	(547.028)
Despesas com Comunicações	16	(880.621)	(447.656)
Despesas com materiais	16	(628.836)	(455.220)
Gastos com Publicidades	16	(7.004.597)	(1.721.307)
Despesas com Serviços Especializados	16	(1.579.296)	(936.673)
Despesas Financeiras	16	(352.542)	(186.460)
Encargos de Depreciação	16	(49.792)	(58.624)
Despesas Tributárias	16	(12.050.506)	(8.234.827)
Despesas com Grupos de Consórcio	16	(3.622.435)	(7.773.353)
Outras Despesas Administrativas	16	(840.322)	(662.378)
		(170.142.364)	(119.299.847)
RESULTADO OPERACIONAL		3.347.181	(428.697)
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	15	(163.082)	(24.001)
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DOS IMPOSTOS			(452.698)
Provisão para o Imposto de Renda	16	(724.434)	(523.004)
Provisão para a Contribuição Social	16	(268.124)	(194.761)
LUCRO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO		2.191.541	(1.170.463)
LUCRO (PREJUÍZO) POR QUOTA		0,51	(0,27)

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido

31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018

(Em reais - R\$)

DESCRI�O	CAPITAL	RESULTADOS ACUMULADOS	PATRIMÔNIO LÍQUIDO TOTAL
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	4.335.000	(3.043.837)	1.291.163
Superávit Líquido do Exercício	-	2.191.541	2.191.541
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	4.335.000	(852.296)	3.482.704

As notas explicativas são parte integrante das Demonstra es Contábeis

Demonstração do Resultado Abrangente

31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018

(Em reais - R\$)

	<u>31/DEZ/2019</u>	<u>31/DEZ/2018</u>
RESULTADO DO PERÍODO	2.191.541	(1.170.463)
Outros Resultados Abrangentes	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	<u>2.191.541</u>	<u>(1.170.463)</u>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

Demonstração do Fluxo de Caixa
31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018
(Em reais - R\$)

FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	31/DEZ/2019	31/DEZ/2018
Lucro (prejuízo) do Exercício	2.191.541	(1.170.463)
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	(683.000)
Depreciações e Amortizações	49.792	58.624
CAIXA OPERACIONAL ANTES DOS MOVIMENTOS DE CAPITAL DE GIRO	2.241.333	(1.794.839)
DIMINUIÇÃO (AUMENTO) NOS ATIVOS	1.427.148	3.009.070
Taxa de Administração a Receber	726.585	(1.838.239)
Valores a Receber Pendentes Cobrança Judicial	1.104.082	4.541.521
Adiantamentos Salariais	(163)	8.017
Impostos a Compensar	(16.380)	(6.516)
Adiantamento a Fornecedores	(149.784)	1.180.083
Devedores diversos – Planos Encerrados (Grupos)	(237.191)	(875.796)
AUMENTO (DIMINUIÇÃO) NOS PASSIVOS	(6.338.116)	3.881.573
Contribuições Trabalhistas	97.987	11.163
Impostos e Contribuições	(483.498)	666.638
Provisão de 13º Salários, Férias e Encargos Sociais	92.875	26.040
Fornecedores	2.851	31.244
Recursos não Procurados	(1.344.174)	727.558
Valores a Receber Pendentes de Cobrança Judicial	(1.104.082)	(4.541.521)
Depósitos não Identificados	77.768	(14.450)
Valores a Pagar de Grupos de Consórcio	(3.677.843)	6.974.901
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(2.669.635)	5.095.803
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Adições no Imobilizado	(208.114)	(89.164)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	(208.114)	(89.164)
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(2.877.749)	5.006.639
VARIAÇÃO LÍQUIDA DAS DISPONIBILIDADES	(2.877.749)	5.006.639
Caixa e Equivalentes de caixa no início do período	6.041.427	1.034.788
Caixa e Equivalentes de caixa no final do período	3.163.678	6.041.427

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

Demonstração Consolidada dos Recursos de Consórcio

31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018

(Em reais - R\$)

A T I V O

CIRCULANTE	NOTA	31/DEZ/2019	31/DEZ/2018
Disponibilidades			
Depósitos Bancários	-	797.630	819.505
		797.630	819.505
Aplicações Financeiras de Liquidez			
Disponibilidades de Grupos	4a-5	8.755.987	8.065.042
Vinculadas a Contemplações	4a-5	50.424.094	22.991.725
		59.180.081	31.056.767
Outros Créditos			
Direitos junto a Consorciados Contemplados			
Normais	4c	127.882.527	83.492.667
Em Atraso	4c	4.893.309	3.787.044
Em Cobrança Judicial	4c	4.988.743	2.681.556
		137.764.579	89.961.267
Diversos			
Devedores por Depósitos em Garantia			
Outros (Bloqueio Judicial Financeiro)	-	3.132.978	3.988.887
		3.132.978	3.988.887
TOTAL DO CIRCULANTE		200.875.268	125.826.426
ATIVO DE COMPENSAÇÃO			
Consórcio			
Previsão Mensal de Recursos a Receber	4d	13.359.153	10.957.671
Contribuições Devidas ao Grupo		2.096.974.692	1.655.034.957
Valor dos Bens ou Serviços a Contemplar	4e	1.923.634.465	1.536.880.017
		4.033.968.310	3.202.872.645
TOTAL DO ATIVO		4.234.843.578	3.328.699.071

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

Demonstração Consolidada dos Recursos de Consórcio

31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018

(Em reais - R\$)

PASSIVO

CIRCULANTE	NOTA	31/DEZ/2019	31/DEZ/2018
Obrigações com Consorciados			
Recebimentos não Identificados	4f	1.454.348	829.721
Contrib. de Consorciados não Contemplados	4f	48.345.002	36.460.437
		49.799.350	37.290.158
Valores a Repassar			
Taxa de Administração	4g	1.356.706	2.084.317
Prêmios de Seguro	4g	1.221.892	954.528
Multas e Juros Moratórios	4g	6.870	6.899
Multa Rescisória	4g	14.654.393	8.506.929
Custas Judiciais	4g	12.774	12.774
Outros Recursos	4g	1.326	1.705
		17.253.961	11.567.152
Obrigações por Contemplações a Entregar	4h	53.343.193	25.910.824
Obrigações com a Administradora	-	181.000	-
Recursos a Devolver a Consorciados			
Conсорciados Ativos	4i	15.028	12.199
Conсорciados Desligados	4i	70.903.237	46.253.210
		70.918.265	46.265.409
Recursos do Grupo			
Fundo de Reserva	4j	20.660.171	13.316.131
(-) Fundo de Reserva Utilizado	4j	(8.136.381)	(6.697.275)
Rendimentos de Aplicações Financeiras	4j	1.602.723	1.249.670
Multas e Juros Moratórios Retidos	4j	1.300.786	854.870
Multa Rescisória Retida	4j	4.751.746	4.502.970
Atualização de Direitos	4j	9.697.342	7.864.738
Atualização de Obrigações	4j	(17.723.367)	(15.433.154)
Atualização de Obrigações	4j	(2.773.521)	(865.066)
		9.379.499	4.792.883
TOTAL DO CIRCULANTE		200.875.268	125.826.426

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

Demonstração Consolidada dos Recursos de Consórcio

31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 (Continuação)

(Em reais - R\$)

PASSIVO

ATIVO DE COMPENSAÇÃO		31/DEZ/2019	31/DEZ/2018
Consórcio			
Previsão Mensal de Recursos a Receber	-	13.359.153	10.957.671
Contribuições Devidas ao Grupo	-	2.096.974.692	1.655.034.957
Valor dos Bens ou Serviços a Contemplar	-	1.923.634.465	1.536.880.017
		4.033.968.310	3.202.872.645
TOTAL DO ATIVO		4.234.843.578	3.328.699.071

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

Demonstração Consolidada na Variação da Disponibilidade de Grupos

31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018

(Em reais - R\$)

DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO 31/DEZ/2019	EXERCÍCIO 31/DEZ/2018
DISPONIBILIDADES NO INÍCIO DO PERÍODO	31.876.271	16.639.974
Depósitos Bancários	819.505	410.680
Aplicações Financeiras do Grupo	8.065.042	4.552.191
Aplicações Financeiras Vinculadas Contemplações	22.991.724	11.677.102
RECURSOS COLETADOS	332.923.850	208.533.590
Contribuições para Aquisição de Bens	108.983.295	66.745.262
Taxa de Administração	168.512.297	115.801.254
Contribuições ao Fundo de Reserva	5.754.601	3.575.722
Rendimentos de Aplicações Financeiras	1.591.993	590.097
Multas e Juros Moratórios	1.002.659	732.612
Prêmios de Seguros	15.036.162	9.080.453
Outros	32.042.843	12.008.190
RECURSOS UTILIZADOS	(304.822.411)	(193.297.292)
Aquisição de Bens	84.276.437	(56.072.578)
Taxa de Administração	169.239.908	(113.963.259)
Multas e Juros Moratórios	499.208	(362.718)
Prêmios de Seguros	14.768.798	(8.690.975)
Devolução a Consorciados Desligados	657.858	(2.289.283)
Outros	35.379.202	(11.918.479)
DISPONIBILIDADES FINAIS	59.977.710	31.876.271
Depósitos Bancários	797.630	819.505
Aplicações Financeiras do Grupo	8.755.987	8.065.042
Aplicações Financeiras Vinculadas Contemplações	50.424.094	22.991.724

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 31/12/2019 (em reais)

1 CONTEXTO OPERACIONAL

A Administradora tem por objetivo a constituição, organização e administração de grupos de consórcio, com a finalidade de propiciar a cada um dos consorciados, mediante um fundo comum, a aquisição de bens móveis, imóveis e serviços.

Os procedimentos adotados pela Administradora estão sujeitos à validação por parte de seu órgão regulados, o Banco Central do Brasil.

2 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DA ADMINISTRADORA E DOS GRUPOS DE CONSÓRCIO

As demonstrações contábeis emanadas das Leis nº 4.595 de 31/12/1964 (Lei do Sistema Financeiro), e Lei nº 6.404 de 15/12/1976 (Lei das Sociedades por Ações), com as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638 de 28/12/2007 e nº 11.641 de 11/01/2008 para a contabilização das operações associadas às normas e Instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN), específicas para as empresas administradoras de consórcios, estão apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF.

Foram publicadas normas e interpretações pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis - CPC que alteraram as práticas contábeis adotadas no Brasil, dentro do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade. Essas normas e interpretações precisam ser aprovadas pelo Bacen para que sejam aplicáveis a Administradora. A Administração aguardará as deliberações do Conselho Monetário Nacional e do Bacen sobre essas normas e interpretações para ajustar as demonstrações contábeis dentro do que for aplicável. O Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou os seguintes pronunciamentos, observados integralmente pela Administradora, quando aplicável: CPC 00 (R1) - Estrutura Conceitual para Elaboração de Relatório Contábil-Financeiro, CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa - DFC, CPC 05 - Divulgação sobre Partes Relacionadas, CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações, CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, CPC 24 - Evento subsequente, CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e CPC 33 - Benefícios a Empregados.

A elaboração das demonstrações, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às administradoras de consórcios, requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis, quando for o caso. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: os ativos fiscais diferidos, as antecipações de imposto de renda e

contribuição social, provisão para as demandas cíveis, valorização de instrumentos financeiros e outras provisões. Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua liquidação. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e premissas.

As operações dos grupos de consórcio são controladas individualmente por grupo. A posição patrimonial e financeira desses grupos e as correspondentes variações nas disponibilidades de seus recursos estão sendo apresentadas, respectivamente, nas demonstrações consolidadas dos recursos de consórcio e das variações nas disponibilidades de grupos de consórcio.

A Administração considera que a Administradora possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro e não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando, consistente com seu plano de negócios preparado no início de cada exercício, que compreende os planos de investimento de capital, os planos estratégicos, as metas corporativas e os programas de manutenção das instalações da Administradora. Os planos são acompanhados durante o exercício pelos setores competentes, podendo sofrer alterações.

As demonstrações financeiras foram aprovadas Administradora em 28 de fevereiro de 2020.

3 PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS DA ADMINISTRADORA

a) Moeda Funcional e de Apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Administradora.

b) Apuração do Resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrem, sempre simultaneamente quando se relacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento.

As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério *pro-rata* dia e calculadas com base no método exponencial.

As operações com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço.

A receita com taxa de administração é reconhecida mensalmente em função dos recebimentos das contribuições pagas pelos grupos formados, e a despesa de comissão sobre venda de cotas de consórcio, cujo pagamento se dá em parcela única, é reconhecida quando da inclusão dos consorciados no grupo.

c) Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda, aplicações no mercado aberto e aplicações financeiras de liquidez, cujo vencimento das operações, na data da efetiva aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias, e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo. Esses recursos são utilizados pela Administradora para gerenciamento de seus compromissos.

d) Ativos Circulantes e Realizável a Longo Prazo

São demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias (em base *pro rata dia*).

e) Despesas Antecipadas

São representadas pelas aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos direitos de benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros, sendo registradas no resultado de acordo com o regime de competência.

f) Investimentos

Os imóveis não de uso próprio são registrados em outros investimentos de caráter permanente.

g) Imobilizado

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercícios com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens da Administradora.

Depreciado às taxas que levam em consideração a vida útil dos bens e ajustados por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

h) Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo

Os valores demonstrados incluem, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias (*em base pro rata dia*).

i) Imposto de Renda e Contribuição Social

São cálculos com base nas alíquotas vigentes de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido pelo método de lucro real, onde são aplicadas as alíquotas vigentes do Imposto de Renda (IRPJ) (15%) acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável acima de R\$ 20 mil mensais - R\$ 240 mil/exercício), e da Contribuição Social (CSLL) a alíquota de 9%.

A Administração avalia periodicamente a posição final das situações, no qual a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

j) Valores Pendentes de Recebimento Judicial

Os valores apresentados nesta conta, em contrapartida a recursos pendente de recebimento judicial, referem-se a valores ajuizados de grupos encerrados transferidos para a Administradora por ocasião do encerramento do grupo e deverão ser rateados aos consorciados quando do seu recebimento.

k) Provisões, Ativos e Passivos Contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões das contingências ativas e passivas são efetuadas de acordo com os critérios definidos pela NBC TG 25 (CPC25), o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.828/09 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e de acordo com a Carta-Circular/Bacen nº 3.429/10, sendo: a) Ativos Contingentes: não são reconhecidos sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando ganho como praticamente certo e pela confirmação da capacidade de recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável são divulgadas em nota explicativa. b) Provisões: são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. c) Passivos contingentes: não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo apenas ser divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas.

4 PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS DOS GRUPOS DE CONSÓRCIO

a) Aplicações Financeiras

Representam os recursos disponíveis ainda não utilizados pelos grupos, os quais são mantidos em conta vinculada para aplicação diária em operações à ordem do Banco Central do Brasil, conforme determinam as Circulares nº 2.454/94 e 3.524/11. O rendimento dessas aplicações é incorporado diariamente ao fundo comum ou ao fundo de reserva de cada grupo e aos valores pendentes de entrega a consorciados contemplados, não incidindo sobre estes a taxa de administração. O saldo das aplicações financeiras inclui rendimentos auferidos computados *pro-rata dia*.

b) Bens Apreendidos ou Retomados

Representam o valor dos bens apreendidos e retomados dos clientes inadimplentes.

c) Direitos junto a Consorciados Contemplados – Normas

Representam os valores devidos a título de fundo comum e de fundo de reserva, a receber de consorciados contemplados, da data da contemplação até o final do grupo, incluído os direitos em atraso e em cobrança judicial.

d) Previsão Mensal de Recursos a Receber de Consorciados

Registram, em forma de compensação, a previsão de recebimentos de contribuições (fundo comum e fundo de reserva) de consorciados ativos para o mês de janeiro/2020. O montante foi calculado com base no preço do bem vigente no último dia do mês de dezembro de 2019.

e) Valor dos Bens ou Serviços a Contemplar

Correspondem ao valor dos bens a serem contemplados em assembleias futuras até o final do grupo, calculado com base no preço do bem vigente no período.

f) Obrigações com Consorciados

Registram-se os valores referentes a: a) grupos em formação - valores recebidos antes da constituição formal do grupo; b) recebimentos não identificados - valores recebidos cuja procedência ou destinação não foi identificada e c) contribuições de consorciados não contemplados - valores recebidos dos consorciados não contemplados para aquisição de bens e serviços.

g) Valores a Repassar

Representam todos os valores recebidos e ainda não repassados a Administradora ou a terceiros, tais como taxa de administração, prêmios de seguros, multas e juros moratórios, multas rescisórias, custas judiciais, despesas de registro de contrato e outras obrigações.

h) Obrigações por Contemplações a Entregar

Representam os créditos a repassar aos consorciados, pelas contemplações nas assembleias.

i) Recursos a Devolver a Consorciados

Representam os recursos a devolver a consorciados ativos, por ocasião do rateio de encerramento do grupo, pelos excessos de amortização, ou ainda aos consorciados desistentes ou excluídos.

j) Recurso do Grupo

Representam os recursos do grupo a serem rateados aos consorciados ativos quando do encerramento do grupo formado pelos valores recebidos a título de fundo de reserva acrescido dos respectivos rendimentos financeiros.

5 APLICAÇÕES FINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

Em 31 de dezembro de 2019, as aplicações financeiras estavam atreladas à fundos de investimentos indexados à variação média de 97% das taxas diárias dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI).

Essas aplicações financeiras apresentam liquidez diária, podendo ser resgatadas a qualquer momento, sem perdas para a Administradora, independentemente do ano de vencimento dos títulos, motivo pelo qual são classificadas no ativo circulante.

TIPO DE APLICAÇÃO	INSTITUIÇÃO	31/12/2019	31/12/2018
Administradora			
Fundos de Investimento	Banco do Brasil	3.155.043	6.040.151
		3.155.043	6.040.151
Grupos			
Fundos de Investimento	Banco do Brasil	58.838.142	30.729.120
Fundos de Investimento	C.E.F.	341.939	327.646
		59.180.081	31.056.766

6 OUTRO CRÉDITOS (ADMINISTRADORA)

DESCRIÇÃO	31/12/2019	31/12/2018
Taxa de administração a receber	1.364.630	2.091.215
Valores a receber pendentes cobrança judicial	20.860.832	21.964.914
Adiantamentos salariais	17.425	17.262
Depósitos judiciais	15.100	15.100
Impostos a compensar	22.897	6.516
Adiantamentos administrativos	256.667	106.883
Devedores diversos - planos encerrados	3.662.467	3.425.276
TOTAL	26.200.018	27.627.166

7 PERMANENTE

DESCRIÇÃO	CUSTO	DEPRECIACÃO	31/12/2019	31/12/2018
Investimentos				
Imóveis não de uso próprio	660.000	-	660.000	660.000
	660.000	-	660.000	660.000
Imobilizado				
Instalações	24.626	(11.158)	13.468	9.224
Móveis e utensílios	322.905	(239.797)	83.108	65.472
Sistema de comunicação	65.896	(65.716)	180	410
Equipamentos de informática	322.724	(125.297)	197.427	58.923
Veículos	9.150	(6.710)	2.440	4.270
	745.301	(448.678)	296.623	138.299
ATIVO PERMANENTE LIQUIDO	1.405.301	(448.678)	956.623	798.299

DESCRIÇÃO	31/12/2018	ADIÇÕES	BAIXAS	31/12/2019
Investimentos				
Imóveis não de uso próprio	660.000	-	-	660.000
Imobilizado-Custo				
Instalações	18.723	5.903	-	24.626
Móveis e utensílios	283.608	39.297	-	322.905
Sistema de comunicação	65.896	-	-	65.896
Equipamentos de informática	159.808	162.916	-	322.724
Veículos	9.150	-	-	9.150
Depreciação acumulada				
Instalações	(9.499)	(1.659)	-	(11.158)
Móveis e utensílios	(226.543)	(13.254)	-	(239.797)
Sistema de comunicação	(65.486)	(230)	-	(65.716)
Equipamentos de informática	(92.478)	(32.819)	-	(125.297)
Veículos	(4.880)	(1.830)	-	(6.710)
ATIVO PERMANENTE LIQUIDO	798.299	158.324	-	956.623

8 IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIARIAS A RECOLHER

DESCRIÇÃO	31/12/2019	31/12/2018
INSS a recolher	140.988	72.927
FGTS a recolher	37.213	16.186
IRRF s/ folha de salários a recolher	21.207	12.345
Contribuição sindical a recolher	37	-
TOTAL	199.445	101.458

9 DESPESAS COM PESSOAL

DESCRIÇÃO	31/12/2019	31/12/2018
Provisão de férias	269.695	194.458
Provisão de INSS s/ férias	72.278	52.115
Provisão de FGTS s/ férias	21.575	22.446
Outros valores a pagar	-	1.654
TOTAL	363.548	270.673

10 IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES FISCAIS A RECOLHER

DESCRIÇÃO	31/12/2019	31/12/2018
ISSQN a recolher	886.353	879.969
PIS a recolher	20.581	88.859
COFINS a recolher	94.874	409.366
PIS/COFINS/CSLL retidos a recolher	108.915	169.990
ISSQN na fonte a recolher	38.247	45.609
IRPF de terceiros a recolher	55.671	94.346
TOTAL	1.204.641	1.688.139

11 OUTRAS OBRIGAÇÕES

DESCRIÇÃO	31/12/2019	31/12/2018
Recursos não procurados ¹	697.563	2.041.737
Recursos pendentes de cobrança judicial ²	20.860.832	21.964.914
Créditos de grupos encerrados	496.810	1.005.780
Depósitos não identificados	168.800	91.032
Fornecedores de bens e serviços	45.727	42.876
Provisão para com grupos - Bacen	2.800.249	5.969.121
TOTAL	25.069.981	31.115.460

12 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital

O Capital Social está representado por 4.335.000 quotas, do valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalmente subscrito e integralizado no montante de R\$ 4.335.000,00 (quatro milhões, trezentos e trinta e cinco mil reais).

b) Dividendos

No segundo semestre de 2019 a Administradora apurou déficit de R\$ 279.232 e no exercício de 2019, apurou um superávit de R\$ 2.191.541 (R\$ 1.170.463 de déficit no exercício de 2018), o qual foi transferido para a conta de Resultados Acumulados.

13 LIMITES DE ALAVANCAGEM

Levando-se em consideração que o limite de alavancagem das administradoras de consórcio estabelecido na Circular/Bacen nº 3.524 de 03/02/2011 é de 6 (seis) vezes o valor de seu patrimônio líquido ajustado, obtido através dos seguintes fatores:

¹ Valores não retirados por consorciados desistentes e excluídos, bem como aqueles oriundos de fundo de reserva à disposição de consorciados, relativos a grupos encerrados, estando depositados em Fundos de Investimentos.

² Valor a receber de consorciados de grupos encerrados que interromperam o pagamento de suas mensalidades e foram acionados judicialmente. Os valores são registrados também no ativo circulante.

CONTA	NOMENCLATURA	31/12/2019	31/12/2018
(+) 09.0.0.0.0-7	Disponibilidades (4350)	59.977.710	31.876.271
(-) 09.6.0.0.0-9	Aplicação Vinculada Contemplação (4350)	(50.424.094)	(22.991.724)
(+) 4.0.0.00.00-8	Passivo Circulante (4010)	26.837.615	33.175.730
(-) 4.9.8.93.20-9	Valores Pendentes Recebimento – Cobrança Judicial (4010)	(20.860.832)	(21.964.914)
(=) TOTAL		15.530.399	20.095.363
	Divisor Utilizado	6	6
	Patrimônio Líquido Exigido (1)	2.588.400	3.349.227
(+) 6.0.0.00.00-2	Patrimônio Líquido Contábil em 31.12.2019	3.482.704	1.291.163
(+/-)	Ajustes da Auditoria	-	-
	Patrimônio Líquido Ajustado (2)	3.482.704	1.291.163
SUPERÁVIT PATRIMONIAL (3) = (2) – (1)		894.304	(2.058.064)

14 LIMITES DE IMOBILIZAÇÃO

Mediante o limite de imobilização determinado no artigo 2º, parágrafo 1º, inciso I da Circular Bacen nº 3.524 de 03/02/2011, o Ativo Permanente das administradoras de consórcio a partir de 31/01/2015, não poderá ultrapassar 100% do valor do respectivo PLA, como demonstramos a seguir com base no balanço de 31/12/2019:

CONTA	DESCRIÇÃO	31/12/2019	%	31/12/2018	%
6.0.0.00.00-2	Patrimônio Líquido Ajustado	3.482.704		1.291.163	
	100 % PLA (Limite)	3.482.704		1.291.163	
2.2.0.00.00-2	Ativo Permanente	956.623	27%	798.299	62%
	LIMITE DE IMOBILIZAÇÃO	2.526.081		492.864	

15 RECEITAS LÍQUIDAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

As receitas da Administradora no semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2019, bem como o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, apresentam a seguinte posição:

	2019 2º SEMESTRE	2019 EXERCICIO	2018 EXERCICIO
RECEITAS OPERACIONAIS			
Taxa de administração-grupos	85.639.426	173.392.368	118.807.930
Receitas financeiras	35.268	97.177	104.803
RECEITA BRUTA-SERVIÇOS	85.674.694	173.489.545	118.912.733
MENOS: IMPOSTOS			
ISS	(4.281.971)	(8.724.955)	(5.924.958)
COFINS	(1.233.825)	(2.732.345)	(1.897.838)
PIS	(267.870)	(593.206)	(412.031)
	(5.783.666)	(12.050.506)	(8.234.827)
RECEITA LIQUIDA - SERVIÇOS	79.891.028	161.439.039	110.677.906

16 DESPESAS OPERACIONAIS ADMINISTRATIVAS

DESCRIÇÃO	2019 2º SEMESTRE	2019 EXERCICIO	2018 EXERCICIO
Comissões ³	(69.363.975)	(137.179.174)	(94.302.591)
Despesas com aluguéis	(226.362)	(521.257)	(547.028)
Despesas com comunicações	(403.490)	(880.621)	(447.656)
Despesas com materiais	(284.941)	(628.836)	(455.220)
Serviços técnicos especializados	(987.620)	(1.579.296)	(936.673)
Depreciação e amortização	(29.155)	(49.792)	(58.625)
Despesas financeiras	(320.235)	(352.542)	(186.460)
Propaganda e publicidades	(3.089.749)	(6.791.780)	(1.195.924)
Despesas com grupos	(1.713.948)	(3.622.435)	(7.773.353)
Provisão IRPJ e CSLL	(18.851)	(992.558)	(717.765)
Outras despesas administrativas ⁴	(636.598)	(1.053.139)	(1.187.761)
Outras despesas não operacionais	(62.226)	(163.082)	(65.583)
	(77.137.150)	(153.814.512)	(107.874.639)

³ Refere-se ao pagamento de serviços de intermediação de vendas de cotas de consórcio.

⁴ Refere-se substancialmente a despesas de água e luz, seguros, transporte, manutenção e conservação de bens, e despesas de viagens.

17 DESPESAS DE PESSOAL

DESCRIÇÃO	2019 2º SEMESTRE	2019 EXERCÍCIO	2018 EXERCÍCIO
Benefícios ⁵	(346.244)	(617.866)	(411.739)
Encargos sobre folha ⁶	(670.184)	(1.193.207)	(882.218)
Proventos ⁷	(2.016.682)	(3.621.913)	(2.679.773)
	(3.033.110)	(5.432.986)	(3.973.730)

18 OPERAÇÕES DE CONSÓRCIO

As operações de consórcio em 31 de dezembro de 2019, apresentam a seguinte posição (em quantidades):

Seg.	Nº de Grupos	QUANTIDADE DE COTAS		Nº PARTICIPANTES		
		Contempladas	Não Contempladas	Ativos	Excluídos	Quitados
I	27	1.230	6.854	8.084	64.328	156
II	4	114	1.836	1.950	7.231	1
III	22	1.962	7.511	9.473	46.244	253
IV	25	3.087	8.496	11.583	52.798	323
VI	7	141	460	601	3.245	6
TOTAL	85	6.534	25.157	31.691	173.846	739

A taxa de administração média nos grupos ativos (bens móveis) é de 15%.
A taxa de administração média nos grupos ativos (bens imóveis) é de 26%.

19 COMPONENTE ORGANIZACIONAL DE AUDITORIA

Atendendo ao disposto na Circular/Bacen nº 3.501 de 16/07/2010, a estrutura do Componente Organizacional de Ouvidoria foi implementado estando de acordo com a natureza e complexidade dos produtos, serviços, atividades, processos e sistemas da Administradora.

A Resolução nº 4.433 de 27/07/2015 do Bacen revogou a Resolução 3.849 de 25/03/2010, que em seu artigo 4º, parágrafo 6º, item I, obrigava revisão do relatório de Ouvidoria pela auditoria externa.

⁵ São benefícios do tipo vale-alimentação, assistência médica, cesta básica e outros pagos exclusivamente aos colaboradores CLT da Administradora.

⁶ São contribuições as previdenciárias sociais (INSS) e ao fundo de garantia do trabalhador (FGTS) incidentes sobre os proventos.

⁷ Gastos com a remuneração dos colaboradores a título de salários, prêmios de produção, gratificações e outros proventos fruto do trabalho por ora realizados.

20 MANUAL DE CONTROLE INTERNOS

A Administradora mantém atualizado o manual de controles internos, onde encontra-se registrado:

- a) O processo operacional da Administradora e dos Grupos de Consórcio;
- b) O gerenciamento de riscos;
- c) O gerenciamento das contingências.

21 GERENCIAMENTOS DE RISCOS

a) Risco de Crédito

A atividade de administração de consórcios, por sua própria natureza, possui reduzidos fatores de riscos financeiros, visto que o principal risco, o de crédito de um grupo de consórcio, é assumido pelo grupo de consorciados. Contudo, a administradora pode, por questões comerciais, assumir os saldos dos grupos que venham a se encerrar devedores, assumindo os créditos juntos aos consorciados inadimplentes.

A empresa tem como prática a contemplação de todos os consorciados adimplentes quando do encerramento dos grupos de consórcio, mesmo que o grupo se encerre devedor. Essa prática expõe a administradora a um risco de crédito, cuja gestão é realizada corporativamente e busca minimizar potenciais efeitos adversos na empresa. Os principais procedimentos de gestão do risco de crédito são: análise de crédito detalhada quando do pagamento do bem ou serviço ao consorciado e a obtenção de garantias, alienação do bem entregue ou garantia real no caso de um serviço.

b) Risco de Liquidez

A Administradora é capitalizada, não possui recursos tomados junto a terceiros e todas suas disponibilidades são aplicadas em Títulos e Valores Mobiliários, em sua maioria de liquidez imediata, em instituições financeiras, consideradas pelo mercado, de primeira linha. Sendo assim, o risco de liquidez da Administradora é praticamente nulo. Adicionalmente, a Administradora possui limites de patrimônio líquido ajustado e limites operacionais que estão sendo observados pela administração, conforme disposições do Banco Central do Brasil.

22 COBERTURA DE SEGUROS (NÃO AUDITADO)

A Administradora tem por política contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados pela administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da atividade.

A Administradora realiza o gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitar potenciais riscos e sinistros, buscando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operações, sendo a cobertura de seguros consistentes com as outras empresas de dimensões semelhantes operando no setor.

O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui a emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela administração da Sociedade que considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

23 FATOS SUBSEQUENTES

A Administradora não apresenta eventos relevantes subsequentes ao fechamento de 31 de dezembro de 2019.

DIRETORIA

FABIANO LOPES FERREIRA
Sócio - Controlador

VALDIR LOPES DOS SANTOS
TC-CRC/MG 41.734